

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

NATÁLIA DE LIMA CARVALHO

DESAFIOS NO ATENDIMENTO A MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE
GÊNERO NA UNIVERSIDADE

São Carlos - SP
2023

NATÁLIA CARVALHO¹

**DESAFIOS NO ATENDIMENTO A MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE
GÊNERO NA UNIVERSIDADE**

Monografia apresentada ao curso de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, como requisito para aprovação na disciplina Pesquisa em Psicologia: Monografia 4.

Orientadora: Profa. Dra. Sabrina Mazo D’Affonseca



**São Carlos – SP
2023**

¹ Bolsista FAPESP Processo 2021/12616-2

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Tânia e José Roberto, que lutaram diariamente para que eu pudesse estudar longe de casa e construir as melhores condições de vida possíveis. Ao meu irmão, Leonardo, pelo apoio e carinho de sempre. Aos meus avós, Aparecida, Benedito e Iraci, que me inspiram e me incentivam, penso em vocês todos os dias. Obrigada por sempre acreditarem em mim e vibrarem com minhas conquistas, mesmo distantes vocês são meu aconchego e meu porto seguro. Não há como expressar em palavras o quanto amo vocês.

Ao meu companheiro, Fabio, pela parceria e apoio durante cada etapa desse trabalho, me confortando e encorajando mesmo nos momentos mais difíceis. Obrigada pelo carinho e cuidado. Você é minha fortaleza.

Aos meus amigos, por tornarem essa jornada mais leve e divertida. Obrigada pelos momentos de escuta, risadas e acolhimento, vocês me fazem ressignificar todos os dias o conceito de amizade. Levarei vocês comigo no coração onde quer que eu vá.

Aos meus colaboradores de pesquisa, Julia, André e Maria Beatriz, que auxiliaram na análise e discussão dos dados. Obrigada pelo interesse e dedicação, sem vocês esse trabalho não seria possível.

À minha orientadora, Sabrina, por acreditar no meu projeto, me conduzir e incentivar, e por tornar esse processo muito mais fácil e agradável. Obrigada pelos ensinamentos, pelo suporte teórico e disponibilidade sempre que precisei. Você foi essencial no desenvolvimento dessa pesquisa e na minha formação enquanto pessoa e profissional.

Aos participantes da pesquisa, que cederam seu tempo para compartilharem experiências e conhecimentos que contribuíram com esse trabalho.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio financeiro a essa pesquisa e por contribuir com minha formação.

RESUMO

A violência de gênero é um problema de saúde pública que atinge majoritariamente as mulheres, prejudicando sua saúde mental e física. Esse tipo de violência encontra espaço também no campo universitário, fazendo com que as mulheres envolvidas tenham seu desempenho acadêmico e profissional afetado. Para combater esse fenômeno, é necessário atuação conjunta que envolva diversos setores, como a saúde, a educação, a assistência social, a segurança pública, a cultura, a justiça, entre outros. Ademais, faz-se necessário a qualificação de profissionais que mobilizem novos saberes que contribuam para uma atenção com potencial para a emancipação da mulher. O presente estudo buscou investigar a atuação de técnicos administrativos de uma universidade federal junto a vítimas de violência de gênero, identificando os desafios e dificuldades vivenciados por esses profissionais. Participaram da pesquisa 8 técnicos(as) administrativos(as), sendo 5 do gênero feminino e 3 do masculino, com idade entre 32 e 61 anos ($M= 39,37$; $DP= 9,95$), a maioria com pós-graduação (87,5%) e todos(as) desenvolviam atividades de atendimento aos estudantes universitários. Os resultados mostraram que os(as) participantes possuem conhecimento sobre a violência de gênero, ferramentas e técnicas eficientes para promover um modelo de atenção integral e conhecimento da rede de atendimento. Evidenciaram-se dificuldades relacionadas a questões estruturais, como a falta de políticas e medidas de enfrentamento, desarticulação e setorialização das ações e revitimização da vítima. Discutem-se as possibilidades de prevenção e enfrentamento da violência de gênero na universidade, a fim de pensar em ações que contribuam para um ambiente acadêmico igualitário e, conseqüentemente, propício ao desenvolvimento acadêmico e profissional das mulheres.

Palavras-chave: Violência de gênero, universidade, enfrentamento

ABSTRACT

Gender violence is a public health problem that mostly affects women, harming their mental and physical health. This type of violence also finds space in the university field, causing the women involved to have their academic and professional performance affected. To combat this phenomenon, it is necessary to act together, involving different sectors, such as health, education, social assistance, public security, culture, justice, among others. Furthermore, it is necessary to qualify professionals who mobilize new knowledge that contribute to care with potential for the emancipation of women. The present study sought to investigate the performance of administrative technicians from a federal university with victims of gender violence, identifying the challenges and difficulties experienced by these professionals. Eight administrative technicians participated in the research, 5 females and 3 males, aged between 32 and 61 years ($M= 39.37$; $SD= 9.95$), most with postgraduate degrees. (87.5%) and all carried out activities to assist university students. The results showed that the participants have knowledge about gender violence, efficient tools and techniques to promote a comprehensive care model and knowledge of the care network. Difficulties related to structural issues were evidenced, such as the lack of policies and measures to confront, disarticulation and sectorialization of actions and victimization of the victim. Possibilities for preventing and coping with gender violence at the university are discussed, in order to think of actions that contribute to an egalitarian academic environment and, consequently, conducive to the academic and professional development of women.

Keywords: gender violence, university, confrontation

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
OBJETIVOS	9
Objetivos Específicos	9
MÉTODO	10
Participantes	10
Instrumentos	11
Aspectos éticos	11
Procedimentos	12
RESULTADOS	14
DISCUSSÃO	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	27
ANEXOS	31

INTRODUÇÃO

Segundo a historiadora Joan Scott (1995), o termo “gênero” apareceu pela primeira vez entre as feministas americanas, com o objetivo de enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. Scott se refere a esse termo como uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Segundo ela, trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. O gênero seria um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e também um modo primordial de dar significado às relações de poder (Scott, 1995).

A violência de gênero corresponde a qualquer tipo de violência (física, social ou simbólica) baseada na organização social dos sexos e que seja perpetrada contra indivíduos especificamente em virtude do seu sexo, identidade de gênero ou orientação sexual (Sardenberg & Tavares, 2016). Estimativas globais publicadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021) indicam que aproximadamente uma em cada três mulheres (35%) em todo o mundo sofreram violência durante a vida, o que indica que as vítimas de violência baseada no gênero são em sua maioria pessoas do gênero feminino.

A pesquisa “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, publicada em 2021 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Instituto Datafolha, aponta que entre os anos de 2020 e 2021, 24,4% das mulheres reportaram ter sofrido algum tipo de violência e 51,1% dos entrevistados reportou ter visto situações de violência contra mulheres nos últimos

doze meses em seu bairro ou comunidade. Jovens de 16 a 24 anos (35,2%) e pretas (28,3%) eram as principais vítimas de violência (Instituto Datafolha, 2021).

Embora essa seja uma realidade que afeta todas as mulheres, as instituições de ensino superior se mostram como ambiente propício para a reprodução de estereótipos de gênero, do machismo e da violência de gênero (Basso, 2017). Segundo o Censo da Educação Superior 2021, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pelo Ministério da Educação (MEC), o público feminino é maioria no Ensino Superior brasileiro. Entretanto, apesar de ocuparem maior parcela nesse espaço, persiste a deslegitimação de falas e produção acadêmica, assédio e diversas formas de violência em diferentes contextos acadêmicos (Barroso, 2021).

Ao longo dos últimos anos tem-se dado destaque à violência de gênero que ocorre com estudantes, professoras e profissionais que desenvolvem atividades no ambiente universitário. De acordo com Fabbro (2019), situações de violência de gênero na universidade já foram presenciadas pela maioria dos estudantes, principalmente a violência psicológica, comentários sexistas sobre a capacidade intelectual feminina ou comentários desagradáveis sobre a aparência e de conotações sexuais. Em relação às consequências da violência de gênero, estudos apontam a intensidade com que os episódios de violência afetam a vida das pessoas atingidas e a dificuldade de manter a saúde física, emocional e psicológica quando sofrem essa experiência. Além disso, prevalecem sintomas psicológicos, sintomas físicos e prejuízos na imagem corporal (Navarro, 2021).

Um método que tem se mostrado útil na construção e implementação de programas de prevenção é o modelo bioecológico do desenvolvimento, conforme apresentado no relatório mundial sobre violência e saúde (Dahlberg & Krug, 2002). Esse modelo explora a relação

entre fatores individuais e contextuais e considera a violência como o produto de vários níveis de influência sobre o comportamento:

- a) Individual: inclui fatores biológicos e de histórico pessoal que um indivíduo traz para seu comportamento. Esse nível do modelo ecológico enfoca as características do indivíduo que aumentam a probabilidade de ser vítima ou perpetrador de violência.
- b) Relacional: explora como as relações sociais proximais - por exemplo, relações com pares, parceiros íntimos e membros da família - aumentam o risco de vitimização violenta e perpetração de violência. Esses são o círculo social mais próximo à pessoa e podem moldar seu comportamento e os tipos de experiências.
- c) Comunitário: examina os contextos da comunidade nos quais as relações sociais estão inseridas - como escolas, locais de trabalho e bairros - e busca identificar as características desses ambientes que estão associadas a serem vítimas ou perpetradores de violência.
- d) Social: investiga os fatores sociais mais amplos que influenciam as taxas de violência. Incluem-se aqui os fatores que criam um clima aceitável para a violência, aqueles que reduzem as inibições contra a violência e aqueles que criam e sustentam lacunas entre diferentes segmentos da sociedade - ou tensões entre diferentes grupos ou países.

Uma vez que a violência é um problema multifacetado com raízes biológicas, psicológicas, sociais e ambientais, há a necessidade de enfrentar esse fenômeno em níveis diferentes ao mesmo tempo. Logo, o modelo ecológico serve a um propósito duplo a este respeito: cada nível no modelo representa um grau de risco e pode ser pensado como um ponto-chave para intervenção. (Dahlberg & Krug, 2002).

Segundo Krug et al. (2002) um programa de prevenção efetivo apresenta as seguintes características: serviços abrangentes; métodos variados de ensino; dosagem suficiente; fundamentação científica e teórica; promove relações fortes, estáveis e positivas entre crianças e adultos; possui um tempo adequado; é relevante socioculturalmente; realiza uma avaliação de resultados e tem um pessoal bem treinado, que tenham recebido treinamento, suporte e supervisão suficientes.

Assim, as estratégias de prevenção devem focar não apenas nos indivíduos, mas em uma perspectiva ampla que inclua a comunidade e as normas sociais e culturais que contribuem para a manutenção da violência (Krug et. al, 2002). Ademais, de acordo com a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, publicada em 2011 pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), uma política na área de violência contra as mulheres exige uma atuação conjunta para o enfrentamento do problema, que envolva diversos setores, tais como: a saúde, a educação, a assistência social, a segurança pública, a cultura, a justiça, entre outros; no sentido de dar conta da complexidade da violência contra as mulheres e de garantir a integralidade do atendimento àquelas que vivenciam tal situação. Entretanto, estudos apontam um despreparo dos profissionais para trabalhar com o tema da violência de gênero, além de uma dificuldade em operar por uma perspectiva intersetorial (Silva, Vianna & Padoin, 2015).

Em muitos serviços, a escuta é focada apenas na queixa, em protocolos rígidos, e o que escapa da rotina é tratado com descaso, juízo de valor e com a aceção de que o problema é de natureza privada, gerando uma invisibilidade da violência. Assim, os profissionais estão aptos apenas a intervir em problemas explícitos, objetivos, que não exijam a investigação da subjetividade dos sujeitos. Esse contexto também reflete a parcela de opressão de gênero destes profissionais para com as mulheres, a qual é perpetuada em um espaço público que

deveria ser de acolhimento e cuidado (Almeida, da Silva & Machado, 2013). Assim, é importante elaborar medidas eficientes de resolução e prevenção, com enfoque em formações que promovam identificação da violência, espaços seguros para a denúncia das vítimas, desenvolvimento de ambientes com tolerância zero a qualquer tipo de violência e permeado pela solidariedade às vítimas e sua rede de apoio (Bellini, 2018).

Diante desse contexto, o presente estudo buscou investigar a atuação de técnicos(as) administrativos(as) junto a vítimas de violência de gênero em uma universidade federal do estado de São Paulo, identificando os desafios e dificuldades vivenciados por esses profissionais a fim de permitir a ampliação e o fortalecimento de estratégias de acolhimento adequada. Espera-se que o estudo contribua para pensar em estratégias que promovam um ambiente acadêmico igualitário e, conseqüentemente, propício ao desenvolvimento acadêmico das mulheres. Ressalta-se a importância de priorizar a permanência estudantil e as questões de gênero, promovendo uma rede de apoio que contribua para uma formação adequada de todos os alunos.

OBJETIVOS

O presente estudo teve como objetivo geral investigar os desafios enfrentados por técnicos(as) administrativos(as) do setor de assuntos comunitários e estudantis no acolhimento/atendimento a mulheres vítimas de violência de gênero em ambiente universitário.

Objetivos Específicos

- a) Investigar as concepções dos(as) profissionais sobre a violência de gênero;
- b) Verificar como se dá a atuação do(a) profissional junto a vítimas de violência de gênero, quando ele(a) atende essa população;
- c) Analisar as dificuldades encontradas para o atendimento de estudantes vítimas de violência de gênero no ambiente universitário.

MÉTODO

Participantes

Participaram do estudo 8 técnicos(as) administrativos(as) de uma universidade federal do estado de São Paulo, que tinham desenvolvido atividades de atendimento a estudantes universitários há pelo menos um ano na Pro Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE)², Departamento de Assuntos Comunitários e Estudantis (DeACE)³, Departamento de Assistência ao Estudante (DeAE) ou Departamento de Atenção à Saúde (DeAS)⁴.

Dos(as) 8 participantes, 5 eram do gênero feminino e 3 do masculino. A faixa etária variou entre 32 e 61 anos (M= 39,37; DP= 9,95), e metade dos(as) participantes (50%) se declarou pardo(a). A renda da amostra foi bastante variada, com prevalência na renda entre 6 e 10 salários mínimos (n=4; 50%), e a maioria dos(as) participantes (62,5%) se encontrava casado(a) ou em uma união estável. Em relação à escolaridade, a predominância da amostra foi de profissionais com pós graduação (87,5%). A área de formação predominante foi psicologia (37,5%), e a maior parte dos(as) participantes (75%) atuava no DEACE. 5 dos(as)

² A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (ProACE) foi criada pela Portaria GR n.203, de 20 de julho de 2009, atendendo a Resolução ConsUni n. 647, de 02 de julho de 2009, em substituição à Secretaria Geral de Assuntos Comunitários (SAC). A ProACE é o setor responsável pela gestão de ações e de estratégias que visem a promoção da qualidade de vida e a permanência de todas as pessoas que compõem a comunidade universitária da UFSCar. Para conseguir realizar as ações de cuidado com a qualidade de vida e com a permanência da comunidade universitária, a ProACE possui uma estrutura multicampi dedicada ao acolhimento da comunidade universitária por meio de serviços com foco na atenção à saúde, no cuidado com a saúde mental, na assistência estudantil, na educação infantil, no esporte e no lazer. A ProACE cuida da política de assistência estudantil que visa garantir equidade nas oportunidades em relação ao exercício das atividades acadêmicas. Para isso, a ProACE institucionaliza programas que promovam a permanência de estudantes que estejam em situações de vulnerabilidades, contribuindo para o sucesso acadêmico deste grupo de estudantes e com a redução dos índices de retenção e de evasão. O cuidado com a gestão da permanência estudantil passa pela avaliação do impacto dos investimentos governamentais em assistência estudantil e a construção de indicadores que permitem aprimorar ações institucionais que fortaleçam a democratização do ensino superior.

³ A função do departamento é ser uma estrutura organizacional da ProACE nos diferentes campus da universidade federal. Tem como objetivo principal contribuir para na inclusão e na permanência dos estudantes, especialmente aqueles em situação de desvantagem econômica e social. Por meio de inúmeras ações objetiva contribuir no processo de uma vida com mais qualidade aos alunos e servidores. O DeACE oferece à comunidade universitária atendimento nas áreas de: Clínica Médica Geral, de Enfermagem, Psicologia e Serviço Social.

⁴ O Departamento de Atenção à Saúde - DeAS é uma unidade vinculada à Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis - ProACE e tem por finalidade promover e participar ativamente de ações voltadas para a saúde da comunidade UFSCar, tais como Eventos e Campanhas de prevenção e promoção à saúde, bem como prestar atendimento de algumas especialidades da área.

participantes começaram a atuar na função entre 1 e 5 anos antes da pesquisa, 2 deles(as) atuavam de 6 a 10 anos e apenas 1 atuava há mais de 10 anos.

Instrumentos

1. Questionário de caracterização dos(as) participantes (Anexo 1), elaborado pela pesquisadora, no qual teve questões relativas à idade, gênero, identificação étnico-racial, nível de escolaridade, renda familiar e estado civil.

2. Roteiro de entrevista semi estruturada elaborado pela pesquisadora para atender aos objetivos da presente pesquisa (Anexo 2). A entrevista foi dividida em quatro partes: Parte 1 - Atuação profissional - questões relativas às atividades profissionais desempenhadas (unidade de atuação, tipo de atuação e tempo na função), Parte 2 - Concepções sobre violência de gênero - questões a respeito de como os(as) profissionais entendem violência de gênero e o papel dos(as) mesmos(as) na prevenção e enfrentamento desse fenômeno; Parte 3 - Atendimento a vítimas de violência - questões relacionadas à atuação do(a) profissional junto a vítimas de violência; e Parte 4 - Dificuldades encontradas para o atendimento a vítimas de violência.

Aspectos éticos

O projeto foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de São Carlos (SP) (CAAE 47500821.0.0000.5504). Todos(as) os(as) participantes concordaram com os termos apresentados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo 3). O TCLE apresentou de forma clara os procedimentos pelos quais o(a) participante passaria ao aceitar participar da pesquisa.

Procedimentos

Após a aprovação do projeto, o recrutamento dos(as) participantes foi realizado a partir de convites enviados aos serviços dos(as) estudantes nos diferentes campus da universidade e em redes sociais e canais de comunicação da universidade. Nesse convite foi descrito o objetivo da pesquisa, a forma de participação e um link de acesso a um formulário Google Forms. Ao clicar no link de acesso ao formulário, o(a) participante tinha acesso ao TCLE. Após a leitura do mesmo, caso concordasse com os termos, ele(a) dava anuência selecionando a opção *Li, e estou de acordo em participar da pesquisa*. Se ele(a) não concordasse, bastava fechar a guia do formulário, sem que sua participação fosse registrada. Após o aceite, o(a) participante deveria responder ao questionário de caracterização descrito anteriormente. Ao término do questionário, havia uma pergunta sobre o interesse e disponibilidade para participar de uma entrevista síncrona, solicitando a indicação a melhor forma de contato e disponibilidade de horário. Posteriormente, a pesquisadora entrou em contato com os(as) participantes para agendar a entrevista. A entrevista foi conduzida via plataforma Google Meet e teve uma duração média de uma hora, atendendo aos horários solicitados pelos(as) participantes, ocorrendo entre setembro e novembro de 2021. A entrevista utilizou o roteiro descrito na seção instrumentos e foi gravada e posteriormente transcrita pela pesquisadora.

Análise de dados

Os dados quantitativos foram analisados estatisticamente no SPSS versão 22.0 a partir de estatísticas descritivas (média, desvio padrão, valores mínimos e máximos e frequência). Já os dados qualitativos da entrevista foram analisados de forma independente pela pesquisadora e dois auxiliares ingênuos (estudantes de psicologia que não tinham nenhum conhecimento prévio sobre a pesquisa). Inicialmente a pesquisadora leu as transcrições da entrevista de

maneira flutuante. Posteriormente lia as transcrições e buscava identificar um tema emergente no conteúdo e o classificava com um código. Esses foram agrupados em categorias de análise e foi elaborado um índice de categorias e códigos da pesquisa. Após a elaboração do índice, a pesquisadora selecionou uma entrevista transcrita e enviou para os dois auxiliares ingênuos, os quais deveriam ler e selecionar os trechos significativos de acordo com os códigos estabelecidos pela pesquisadora. Ao final dessa etapa, foi calculado o coeficiente Kappa de Cohen com respectivos intervalos de confiança de 95% (IC95%) a partir do software SPSS versão 22,0. Consideraram-se valores maiores a 0,70, como adequados para passar à seguinte etapa. Em uma primeira rodada, o valor kappa obtido entre os avaliadores foi de 0,401, o que indicou a necessidade de análise das discrepâncias e dúvidas quanto a codificação com os avaliadores. Após essa reunião entre os avaliadores para alinhamento dos critérios, os pesquisadores novamente analisaram a amostra de artigos e foi obtido um valor de kappa de 0,951, aceitável.

Garantida a confiabilidade interobservadores, passou-se para a etapa seguinte, que consistiu na codificação de todas as entrevistas realizadas e transcritas. As entrevistas foram divididas aleatoriamente entre os avaliadores para a codificação das mesmas. Ao final do processo de codificação das entrevistas, foram elaboradas as categorias temáticas e a análise inferencial dos dados a partir do referencial teórico do estudo.

RESULTADOS

A partir da análise dos dados obtidos, observou-se que todos os(as) técnicos(as) administrativos(as) que participaram do estudo atuavam em uma equipe multiprofissional, sendo que a maioria dos(as) participantes (n=6) afirmou que a equipe na qual estava inserido(a) era qualificada para atender vítimas de violência de gênero, enquanto 1 afirmou que a equipe não era qualificada e 1 considerou que apenas alguns membros eram qualificados.

Os(as) participantes descreveram que o trabalho em equipe acontecia através da divisão em setores, reuniões periódicas, discussões de casos, especificidades das áreas, grupos de WhatsApp, encaminhamentos e compartilhamento de informações. As equipes eram geralmente formadas por profissionais como assistentes sociais, psicólogos(as), assistentes administrativos, enfermeiros(as), terapeutas ocupacionais, técnico(a)s de enfermagem, médico(a) clínico geral, médico(a) ginecologista e médico(a) psiquiatra.

Concepções sobre violência de gênero

Em relação à definição de violência de gênero, as descrições variaram entre os(as) participantes, sendo que “violência baseada no gênero” foi a mais citada (n=5). Alguns(as) participantes generalizaram como sendo um conjunto de violências, enquanto outros(as) deram respostas mais específicas, como "desvalorização do conhecimento de uma mulher" e "suspensão/limitação de liberdade e direitos por conta do gênero". Além disso, alguns(as) citaram os tipos de violência de gênero existentes, como violência psicológica, violência moral e violências subjetivas. Apenas dois técnicos(as) incluíram em sua definição a

discriminação contra pessoas LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexo, assexual e demais orientações sexuais e identidades de gênero).

Quando questionados(as) sobre a importância de sua atuação em relação às vítimas, os(as) participantes ofereceram diferentes respostas. Eles(as) consideraram que a importância de sua atuação estava no acolhimento das vítimas (n=4). Alguns(as) citaram ações técnicas e específicas, como “reconhecimento da violência e interferência”, “produção de materiais e eventos”, “oferecer escuta sem julgamentos” e “entrar em contato com a rede”. Surgiram também respostas relacionadas a aspectos individuais, como “aprendizado”, “dar protagonismo ao gênero feminino” e “legitimar pautas de violência de gênero”.

Atendimento a vítimas de violência de gênero

No que se refere ao atendimento a vítimas de violência de gênero, apenas um(a) dos(as) participantes nunca atendeu nenhum caso. Essa exceção se deu pelo fato de o(a) técnico(a) em questão atuar na área administrativa do serviço e não ter contato direto com estudantes.

Os serviços conhecidos na rede mais citados, a quem poderiam ser feitos encaminhamentos, foram as ouvidorias da instituição, a Secretaria de Ações Afirmativas da universidade e a Delegacia de Defesa da Mulher. Também foram referidas as prefeituras, advogados da universidade, Organizações Não Governamentais, Centro de Referência em Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS, Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, delegacias em geral, coletivos, Centro de Atenção a Mulher, Ambulatório de ginecologia, Serviço Único de Saúde - SUS e Serviço de Acolhimento Emergencial.

Os tipos de violência mais atendidos foram violência sexual, violência por parceiro íntimo e violências subjetivas/não explícitas. Também foram citados violência psicológica, violência moral, violência patrimonial, violência intrafamiliar e experiências adversas na infância. Os excertos a seguir descrevem algumas situações de violência identificadas pelos(as) participantes.

“Aqui normalmente a gente atende algum tipo de violência sexual, normalmente relacionado à festa. Então tem desde efetivamente ocorrer algum tipo de estupro, ou importunação mesmo, que é o cara que não deixa, que diz que tromba, mas apalpa a menina. Muita questão de amizade, um menino e uma menina que são amigos, vão pra uma festa e bebem demais, vão pra mesma república, acaba acontecendo alguma coisa e a menina não tinha condições de decidir por ela naquele momento. Algumas coisas de assédio meio que conjugais, não são casados, mas entre namorados, por conta de ciúme, violência, e até cárcere privado.” - Participante 2

“Agora me lembrou, alguns anos atrás a gente teve uma situação aqui de que uma aluna, ela já se formou, foi usar o banheiro e aí tinha um servidor, um vigilante terceirizado que colocou o celular embaixo da cabine. Foi noticiado, ela saiu rapidamente, apontou, a pessoa foi pega [...] Foi muito complicado, porque ela não conseguia andar no campus sozinha, era uma aluna do noturno. Tinha uma professora, a gente teve ajuda dessa professora que de forma muito paciente acompanhava ela até a sessão e depois acompanhava ela para as aulas. O meu horário é das 10h às 19h, ela chegava às 18, no último horário, porque ela trabalhava também, e aí eu fazia esse atendimento. Até ela ter segurança novamente de andar no campus, ela estava no último ano e pensou em abandonar o curso. Foi uma vitória ela ter conseguido encerrar, concluir o curso depois dessa situação que ela sofreu.” - Participante 3

“A gente tem uma coisa aqui no campus, já tem um histórico muito grande, principalmente por ser um campus de agrárias, um histórico de violências nas calouradas. Leilão de estudantes, principalmente meninas. A violência de gênero tá muito enraizada nesse campo porque tá estabelecida culturalmente. Quem sofreu essa violência, no ano seguinte passa a ser veterano e pratica essa violência com quem chega. “ - Participante 7

A figura 1 apresenta o fluxograma relativo às respostas dos(as) participantes sobre o fluxo de atendimento, ou seja, o que eles(as) fazem quando atendem uma vítima. Com base nas descrições dos(as) técnicos(as), observou-se que o procedimento é iniciado com o

acolhimento e avaliação do caso, seguido pela análise multiprofissional da equipe. Então é feito o direcionamento da vítima e apresentação das alternativas possíveis para o seguimento do caso e, a depender da necessidade, o encaminhamento a outros serviços e profissionais. Além disso, os(as) técnicos(as) podem pensar em outras medidas possíveis, como a promoção de segurança para a vítima, a atuação com a comunidade e o uso de práticas integrativas.

As principais estratégias de enfrentamento usadas pelos(as) participantes foram “parcerias com outros profissionais, instituições ou coletivos” e “apresentação de alternativas”. As estratégias se dividiram entre ações voltadas à **vítima**, como “diminuir a auto culpabilização”, “projetos de acolhimento” e “orientar e apresentar alternativas”; ações voltadas ao próprio **técnico ou à equipe**, como “identificar as fragilidades da equipe (medos, falta de conhecimento, preconceitos)”, “reconhecer a violência” e “pesquisa”; e ações voltadas à **comunidade**, como “campanhas de prevenção (Rodas de conversa, oficinas, palestras, lives, cartilhas)” e “educação e conscientização”.

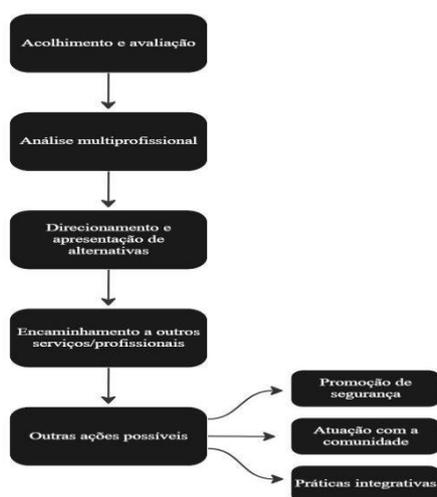


Figura 1.

Fluxograma relativo ao processo de atuação junto a vítimas de violência de gênero descrito pelos(as) participantes.

Dificuldades no atendimento a vítimas de violência de gênero

As principais dificuldades citadas pelos(as) técnicos(as) administrativos(as) foram a ineficiência da rede (n=4) e a impunidade dos agressores (n=3). De maneira geral, as dificuldades se relacionam à **universidade**, como “falta de uma estrutura de combate efetiva”, “falta de profissionais” e “desqualificação do trabalho dos profissionais”; relacionadas à **rede pública**, como “violência dentro da rede”, “referenciamento/contrarreferenciamento” e “ideia da rede de que é dever da universidade a resolução dos casos”; e relacionados à própria **vítima**, como “não se sentir a vontade para relatar o caso”, “interrupção dos atendimentos” e “psicodinâmica das vítimas”. A seguir excertos ilustrativos das dificuldades dos(as) participantes.

“Acho que a principal dificuldade é a falta de uma política específica dentro da universidade, que norteie esse acolhimento e esse atendimento. O trabalho que a gente consegue fazer aqui é porque nós servidores nos interessamos em oferecer esse trabalho, mas não é institucionalizado dentro da universidade. Se a gente tivesse uma política bem clara de ética da comunidade universitária e de responsabilização dos agressores, a gente teria isso talvez muito mais efetivo, o combate a essa violência. A maior dificuldade é a falta de uma política de promoção contra a violência de gênero, e também de responsabilização. Se isso acontecer dentro da universidade, é isso que pode acontecer com o agressor.” - Participante 7.

“Essa é uma das coisas [...] a gente poder acessar os recursos do município, não só da assistência social, mas também da segurança. Eu atendi uma moça que chamou a polícia, e a polícia falou para o companheiro dela “tira todos os objetos cortantes da casa, leva para o seu quarto contigo, se tranca, porque ela vai se machucar pra dizer que foi você que machucou ela”. Então dá orientação pra ela chamar a polícia, o que adianta? Falei pra ir na DDM (Delegacia de Defesa da Mulher), não deu certo também, não registraram. Falei “vamos fazer o B.O online”, e ela “não vou”. Você retraumatiza a pessoa.” - Participante 8.

Os(as) participantes afirmaram que os atendimentos seriam facilitados, principalmente, mediante preparação e qualificação (n=5), acompanhamento multiprofissional (n=3) e espaços de discussão (n=3). Da mesma forma, os fatores que auxiliariam nos

atendimentos eram voltados à equipe/técnico, como “preparação e qualificação” e “reconhecimento da violência”; à comunidade, como “espaços de discussão”; à universidade, como “inclusão da discussão de gênero na estrutura dos cursos” e “maior número de profissionais”; e à rede, como “articulação com a rede municipal”.

Metade dos(as) participantes afirmou que não possui nenhum medo ou receio em atender vítimas de violência de gênero (n=4). Entre os(as) que afirmaram sentir alguma apreensão, os fatores mais citados foram “não estar preparado” e “falta de segurança”. A seguir excertos a respeito dos receios vivenciados pelos(as) participantes.

“Eu tenho dois medos bem sinceros. O primeiro é de criar uma expectativa que não é cumprida, tenho bastante medo disso. Tenho bastante medo de fornecer uma estrutura de cuidado que não se estende o quanto a gente queria [...] Meu outro medo é não ter essa estrutura de protagonismo muito grande, tenho muito medo de me equivocar me relacionando com alguma mulher, sabe, de depois isso prejudicar o trabalho que tá sendo construído.” - Participante 2.

“Eu tenho medo de não fazer direito, de não atender bem, piorar a situação. Onde eu me sinto mais insegura é na orientação jurídica. E como, se a pessoa está na situação de violência, orientar ela a como ela pode reagir no meio daquele contexto. Eu não sei. Eu não sei que tipo de ação pode provocar uma reação pior e agressiva. Às vezes eu não sei o que dizer.” - Participante 8

DISCUSSÃO

Tendo em vista os objetivos de investigar as concepções dos(as) profissionais que atuam nas universidades sobre violência de gênero, verificar como ocorre sua atuação junto às vítimas de violência de gênero e analisar as dificuldades encontradas neste atendimento, os resultados explicitaram que, apesar do conhecimento sobre o conceito de violência de gênero, possibilidades de intervenção e serviços da rede, os(as) profissionais ainda enfrentam empecilhos majoritariamente estruturais, corroborando com a literatura sobre o tema (Maito, Panúncio-Pinto, Severi & Vieira, 2019).

Primeiramente, observou-se uma variedade de percepções pelos(as) participantes do que compreende a violência de gênero. Há entendimento de que as mulheres correspondam ao grupo mais vulnerável a esse tipo de violência, ainda que a comunidade LGBTQIA+ tenha sido citada por um(a) participante. Sardenberg e Tavares (2016) evidenciam que, apesar de atingir tanto homens quanto mulheres, a violência contra o gênero feminino tem se destacado histórica e numericamente, já que não se manifesta apenas como fenômeno estruturado pela organização social de gênero nas sociedades contemporâneas, mas também como fator estruturante dessas sociedades. Além disso, a violência de gênero é um fenômeno amplo e multifacetado (Bugni, 2016), o que colabora para a multiplicidade de significados oferecidos pelos(as) participantes do estudo.

Para compreender o fenômeno no contexto universitário, Maito e colaboradoras (2019) falam sobre a universidade ser um ambiente em que reproduz as desigualdades de poder entre homens e mulheres construídas socialmente e, com isso, torna um lugar hostil para as mulheres marcado, sobretudo, por violências cotidianas, além de outras formas de opressão não relacionadas apenas ao gênero que atingem estudantes, funcionárias e professoras. Em consonância com os estudos, os(as) participantes mencionaram que os tipos

de violência que foram mais frequentemente atendidos pelo serviço da universidade foram a violência sexual (Bellini & Mello, 2022; Banyard et al, 2020; Escritório USP Mulheres 2018), violência por parceiro íntimo (Tasqueto et al, 2022; Gama & Baldissera, 2022; Souza, Pascoaleto & Mendonça, 2018) e violências subjetivas/não explícitas, incluindo violência psicológica e moral (Maito, Panúncio-Pinto & Vieira, 2022; Fialla et al, 2022; Montrone, 2020; Escritório USP Mulheres, 2018).

Embora a prevalência dessas violências seja expressiva (Montrone, 2020; Escritório USP Mulheres, 2018; Instituto Avon, 2015), há uma falta de documentos normativos ou políticas afirmativas nas universidades brasileiras para tratar o problema que parecem impactar o dia a dia dos(as) profissionais técnico-administrativos(as) na lida com esses casos (Maito et al, 2019). Para Zanello e Richwin (2022) a ausência de debates e ações sobre a violência de gênero nas universidades atravessa fatores sociais, pessoais e institucionais. Destaca-se dentre os fatores *sociais* o lugar de valorização que os homens ocupam como reflexo do patriarcado e as relações hierárquicas presentes no espaço acadêmico que reafirmam essa dinâmica social de subalternização das mulheres, assim como também muitas vezes invalidam as violações a que são submetidas. Não é de se estranhar que diminuir a auto culpabilização das vítimas aparece como uma das ações de estratégias de enfrentamento dos profissionais, visto que é uma das consequências dessa estrutura violenta (Martins, Nobre & Martins, 2021; Machado, Bhona & Lourenço, 2020; Lourenço & Costa, 2020).

Quanto às questões *pessoais*, há uma tendência em minimizar a violência, naturalizá-la ou considerá-la como algo sem importância. Tal fato pode ser atribuído às dificuldades em se identificar alguns comportamentos violentos menos explícitos e a como algumas práticas podem aparecer no contexto universitário de forma sutil que não transpareça uma discriminação de gênero, mesmo o sendo, como, por exemplo, ser ofendida ou xingada, ou receber comentários indesejados (Zanello & Richwin, 2022; Cerezetti et al, 2019;

Bustamante, 2019; Instituto Avon, 2015). Nesse quesito, os(as) participantes do estudo destacam a importância de campanhas de prevenção para a comunidade acadêmica como um todo (docentes, discentes, técnicos(as) administrativos(as), pessoal da limpeza e da segurança). Ou seja, trabalhar a educação sobre o fenômeno e sua conscientização, necessidade comum apontada por outros estudos (Bellini & Mello, 2022; Maito et al, 2019; Bonomi, 2019).

No que tange aos fatores *institucionais* se destacam o silenciamento da universidade sobre os casos de violência assim como também a impunidade dos agressores por falta de medidas da própria instituição (Zanello & Richwin, 2022; Valls, 2009; Barreto, 2017; Stevens et al, 2017), algo também apontado e percebido pelos(as) profissionais como uma das principais dificuldades em atender vítimas de violência nesse contexto.

Quanto aos cuidados com as mulheres que vivenciam situações de violência nesse espaço, é importante que sejam utilizados dispositivos relacionais para garantir a integralidade da atenção a essas mulheres, como acolhimento, vínculo, diálogo e orientação (Costa e Lopes, 2012). Esses mecanismos buscam o empoderamento e fortalecimento das vítimas, promovendo o enfrentamento das situações violentas. Nesse sentido, os(as) participantes do presente estudo citaram dispositivos relacionais entre as estratégias de enfrentamento e importância de sua atuação, como acolhimento, direcionamento da vítima, apresentação das alternativas possíveis para o seguimento do caso e encaminhamento a outros serviços e profissionais. Assim, entende-se que os(as) técnicos(as) administrativos(as) da universidade apresentaram ferramentas e técnicas eficientes para promover um modelo de atenção voltado à integralidade.

Observou-se que os(as) profissionais manifestaram conhecimento da rede de atendimento às mulheres em situação de violência, citando serviços não-especializados (por exemplo, ONGs, coletivos, SUS, CRAS etc.) e especializados (Delegacias, CREAS), e

reconheceram a necessidade de trabalhar em ações articuladas com os mesmos. Entretanto, apresentaram empecilhos no contato e acesso a esses serviços, mencionando dificuldades ligadas à desarticulação e setorialização das ações. A ausência da articulação entre os setores da rede é um problema citado em estudos anteriores (Menezes et. al., 2014; Lettiere & Nakano, 2015; Silva, Padoin & Viana, 2015; Arboit, et. al., 2017; Trentin et. al., 2019). Essa configuração fragiliza a busca por apoio pelas vítimas que, ao encontrarem assistências isoladas, tendem a interromper a procura e enfrentar a situação solitariamente. Nesse sentido, ressalta-se que, para uma atuação efetiva, é necessário um trabalho intersetorial, políticas públicas transparentes e fortes, e uma habilitação apropriada dos profissionais (Silva, Padoin & Viana, 2015).

Outro ponto indicado pelos(as) participantes em relação à rede corresponde a violência e revitimização praticada contra a vítima, quando esta decide buscar os serviços. Nesse sentido, a lei nº 14.321/2022 caracteriza o crime de violência institucional, buscando evitar que o(a) profissional submeta a vítima a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos, que a leve a reviver a situação de violência. Um estudo de Silva et al. (2019) revelou que a revitimização nas instituições corrobora para a resistência da mulher na busca por atendimento e para a desistência de dar seguimento à denúncia ou o processo. Essa constatação vai de encontro com o relato dos(as) participantes em relação às vítimas, afirmando que algumas dificuldades correspondem ao desconforto em relatar o caso e à interrupção dos atendimentos. Assim, é de extrema importância a implementação de um acolhimento humanizado nos serviços públicos que garanta a segurança da mulher e busque a construção de vínculo e confiança.

Silva, Padoin e Viana (2015) destacam que, na perspectiva intersetorial, protocolos e fluxos definidos oferecem condições mais seguras de atuação profissional, pois, semelhante ao encontrado na presente pesquisa, o receio e insegurança podem sinalizar a necessidade de

um maior conhecimento e alinhamento com a instituição dos mecanismos de enfrentamento à violência de gênero (Souza et al, 2021; Maito, Panúncio-Pinto & Vieira, 2022). Nesse caminho, a Superintendência de Assistência Social (SAS) da Universidade de São Paulo (USP) em parceria com o Escritório USP Mulheres construíram um protocolo de atendimento para casos de violência de gênero na universidade. O documento foi uma iniciativa inédita no contexto acadêmico que norteia aspectos importantes desse contato da vítima com o serviço da instituição. Sublinha-se que os principais etapas do documento são igualmente contempladas no fluxograma de atividades dos profissionais deste estudo, a exemplo do acolhimento, orientações e encaminhamentos. No entanto, o documento tem a intenção de capacitar os profissionais quanto à qualidade desse atendimento e prepará-lo de forma mais detalhada. O receio dos técnicos-administrativos mencionado é algo comum em atendimentos dessa natureza e que podem ser minimizados a partir de capacitações adequadas que os façam se sentir seguros nesse atendimento (Santos, Magalhães, Coêlho et al, 2019).

Além da assistência às vítimas de violência de gênero, destaca-se também o papel da universidade na prevenção, combate, garantia de direitos das mulheres e educação para equidade de gênero. Considerando que a universidade é formadora de profissionais, urge a promoção de debates sobre a violência de gênero nesse contexto (Tassinari, 2020). A *United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women* - UN Women (2018) elegeu alguns passos importantes para isso, como, por exemplo, implementar uma política com posicionamento de tolerância zero a violência na instituição; estabelecer protocolos que descrevam os procedimentos necessários nos serviços à comunidade acadêmica; criar mecanismos de monitoramento e avaliação de suas políticas; ter protocolos e programas; ter um orçamento dedicado a realização de intervenções que abordem a temática; construir programas de conscientização e espectadores; treinar os estudantes a reconhecerem uma situação potencialmente prejudicial e agir diante dela; e, por último, promover

relacionamentos respeitosos e desafiar masculinidades nocivas através de intervenções para desenvolver habilidades ou que possam gerar mudanças de atitudes e/ou crenças.

Nesse sentido, é de extrema relevância a Política Institucional para Prevenção, Redução e Mitigação de Danos da Violência, aprovada em setembro de 2022 na universidade em que foi realizado o estudo. Essa política estabelece diretrizes para a promoção da prevenção primária da violência na instituição; realização de pesquisas sobre o tema; promoção de igualdade e equidade social e de gênero; e fortalecimento do cuidado e dos serviços de suporte às vítimas de violência. Assim, representa uma importante medida para o enfrentamento da violência de gênero. Cumpre destacar que essa política foi lançada após a coleta de dados com os(as) participantes da presente pesquisa. Assim, estudos futuros poderiam ser realizados de modo a identificar os impactos da política para a atuação dos(as) profissionais.

Destaca-se que a presente pesquisa apresentou algumas limitações. A primeira delas refere-se ao número de participantes. Mesmo tendo sido adotadas estratégias para recrutamento de participantes dos diferentes campi da universidade, a amostra final foi pequena e de profissionais que já atuaram em casos de violência. Assim, pesquisas futuras com um número maior de participantes de diferentes campi possibilitaria uma visão de singularidades das violências nos diferentes espaços, assim como as comunalidades. Ademais, durante a análise dos dados, identificou-se a necessidade de rever o roteiro de entrevista utilizado, de modo a acrescentar questões referentes a experiências anteriores do(a) participante com a temática “violência de gênero” e como isso auxiliou nos atendimentos, se ele(a) teve alguma formação na área e a relevância desse fator nos atendimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, observaram-se variáveis percepções em relação à violência de gênero. Os(as) participantes do estudo apresentaram ferramentas e técnicas eficientes para promover um modelo de atenção integral e um conhecimento adequado da rede de atendimento e enfrentamento da violência. Entretanto, explicitaram dificuldades relacionadas a questões estruturais, como a falta de políticas e medidas de enfrentamento, desarticulação e setorialização das ações, e revitimização da vítima. A pesquisa realizada pode permitir a reflexão sobre o funcionamento do atendimento a vítimas de violência de gênero, uma vez que apresenta dificuldades apontadas em estudos anteriores que persistem atualmente. Além disso, ela também pode servir de base para pesquisas futuras e permitir um levantamento de sugestões de prevenção e enfrentamento oferecidas pelos participantes.

REFERÊNCIAS

- Almeida, L. R.; Machado, L. S.; Silva, A. T. M. C. (2013) Jogos para capacitação de profissionais de saúde na atenção à violência de gênero. *Revista Brasileira de Educação Médica (Impresso)*, 37, 110-119.
- Arboit, J., Padoin, S. M. de M., Vieira, L. B., Paula, C. C. de ., Costa, M. C. da ., & Cortes, L. F.. (2017). Health care for women in situations of violence: discoordination of network professionals*. *Revista Da Escola De Enfermagem Da USP*, 51(Rev. esc. enferm. USP, 2017 51). <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2016113303207>
- Banyard, V. L., Demers, J. M., Cohn, E. S., Edwards, K. M., Moynihan, M. M., Walsh, W. A., & Ward, S. K. (2020). Academic Correlates of Unwanted Sexual Contact, Intercourse, Stalking, and Intimate Partner Violence: An Understudied but Important Consequence for College Students. *Journal of Interpersonal Violence*, 35(21–22), 4375–4392. <https://doi.org/10.1177/0886260517715022>
- Barreto, M. (2017). Violencia de género y denuncia pública en la universidad. *Revista mexicana de sociología*, 79(2), 262-286.
- Barroso, M. F. (2021) Violência contra as mulheres nas universidades. Violência contra as mulheres nas universidades. *Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas*, p . 9-16.
- Brasil (2019). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas*. Brasília.
- Brasil (2010) Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres*. Brasília.
- Basso, A. T. P (2017) *Violência de gênero na Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Bellini, D. M. G. (2018). *Violência contra mulheres nas Universidades: contribuições da produção científica para sua superação*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Bellini, D. M. G. & Mello, R. R. (2022). *As contribuições científicas para a prevenção e superação da violência de gênero nas universidades*. In V. Zanello & T. M. C. de Almeida (Orgs.). *Panoramas da Violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*. x(1), 29-57.
- Bonomi, A. (2019). Rethinking Campus Sexual Assault: We must Be Leaders in Anti-Bias Practices, Civil Rights and Human Rights. *J Fam Viol* 34, 185–188. <https://doi.org/10.1007/s10896-018-9994-z>
- Bueno, S & Lima, R S (2019). *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha.

- Bugni, R. P. (2016). *Políticas públicas para as mulheres no Brasil: análise da implementação da política de enfrentamento à violência contra as mulheres em âmbito nacional e municipal*. Dissertação de Mestrado, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/D.100.2017.tde-29092016-192652. Recuperado em 2023-02-17, de www.teses.usp.br
- Bustamante, S. V. F. (2019). Ante las violencias contra universitarias: acción colectiva, estudiantil y feminista. *Nómadas*, (51), 243- 255. <https://dx.doi.org/10.30578/nomadas.n51a14>
- Cerezetti, S. C. N. et al (2019). *Interações de gênero nas salas de aula da Faculdade de Direito da USP: um currículo oculto?* São Paulo: Cátedra UNESCO de Direito à Educação/Universidade de São Paulo (USP).
- Dahlberg, L. L.; Krug, E. G. (2006) Violence a global public health problem. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, 11(2), 277-292.
- Dahlberg, L. L.; Krug, E. G.; Lozano, Rafael; Mercy, James A.; Zwi, Anthony B. (2002) *World report on violence and health*. World Health Organization, Geneva.
- Decreto lei nº 14.321, de 31 de março de 2022. Altera a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, para tipificar o crime de violência institucional. Presidência da República.
- D'oliveira, A. F. (2019) Invisibilidade e banalização da violência contra as mulheres na universidade: reconhecer para mudar. *Interface (Botucatu)*, 23, e190650.
- Escritório USP Mulheres. (2018). Relatório Parcial – Interações na USP: primeiros resultados da pesquisa. Disponível em: <http://uspmulheres.usp.br/pesquisa-interacoes-na-usp/>.
- Fabbro, M. R. C.; Montrone, A. V. G.; Moreira, D. B.; Bertossi, T. S.; Cerqueira, M. e de Souza, F. S. (2019). Violência de gênero na Universidade Federal de São Carlos: saindo da invisibilidade. Congresso de Ensino de Graduação, Cronegrad Ufscar.
- Fialla, M. R. P. M., Larocca, L. M., Chaves, M. M. N., & Lourenço, R. G. (2022). Violence in the perception of young university students. *Acta Paul Enferm*, 35. 10.37689/actape/2022AO012734
- Gama, F., & Baldissera, M. (2022). *Violências contra mulheres em universidades brasileiras: escrachos, denúncias e mediações*. In V. Zanello & T. M. C. de Almeida (Orgs.). *Panoramas da Violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*. 330-332.
- Instituto Avon (2015) . Pesquisa Instituto Avon / Data Popular. *Violência contra a mulher no ambiente universitário*. São Paulo: Instituto Avon
- Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2022). Censo da educação superior 2021. Brasília: DF, Inep/MEC.
- Lettiere, A., & Nakano, A. M. S. (2015). Rede de atenção à mulher em situação de violência: os desafios da transversalidade do cuidado. *Revista Eletrônica De Enfermagem*, 17(4), 32977. <https://doi.org/10.5216/ree.v17i4.32977>

- Lourenço, L. M.; Costa, D. P.. Violência entre Parceiros Íntimos e as Implicações para a Saúde da Mulher. *Gerais, Rev. Interinst. Psicol. [Internet]*. 2020 Jan [citado 2023 Mar 06] ; 13(1):1-18. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202020000100010&lng=pt. <http://dx.doi.org/10.36298/gerais2020130109>.
- Machado, A. S. M.; Bhona, F. M. C. & Lourenço, L. M.. (2020). Intervenção com mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão bibliométrica. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(1), 1-12. Recuperado em 06 de março de 2023, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000100013&lng=pt&tlng=pt.
- Maito, D. C., Panúncio-Pinto, M. P., Severi, F. C., Vieira, E. M. (2019). Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. *Interface (Botucatu)*, 23: e180653 <https://doi.org/10.1590/Interface.180653>
- Maito, D. C.; Panúncio-Pinto, M. P.; Vieira, E. M. (2022) Percepções de gestores sobre violência baseada em gênero na universidade. *Research Society and Development*, v. 11, p. e1611527815.
- Martins, Grasiela & Nobre, Natalia & Martins, Maria. (2021). A Violência Doméstica Contra Mulheres: Contribuição da Terapia Cognitivo-Comportamental na Intervenção / Domestic Violence Against Women: Contribution of Cognitive- Behavioral Therapy to Intervention. ID on line REVISTA DE PSICOLOGIA. 15. 104-115. 10.14295/online.v15i54.2951.
- Menezes, P. R. de M., Lima, I. de S., Correia, C. M., Souza, S. S., Erdmann, A. L., & Gomes, N. P.. (2014). Enfrentamento da violência contra a mulher: articulação intersetorial e atenção integral. *Saúde E Sociedade*, 23(Saude soc., 2014 23(3)). <https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000300004>
- Montrone, A. V. G., Fabbro, M. R. C., Dias, T. C. M., Fusaria, L. M. & Moreira, D. B. (2020). Violência de gênero numa universidade pública brasileira: saindo da invisibilidade. *Gênero*, 21(1), 6-23. <https://doi.org/10.22409/rg.v21i1.46596>
- Navarro, G. A. P. (2021). *Cartografia do corpo em estudantes universitárias vítimas de violência sexual*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde - OPAS/OMS (2021). Violência contra as mulheres. OPAS Brasil, 2021. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>>. Acesso em: 10 maio. 2021.
- Santos, D. S.; Magalhães, J. M.; Côelho, M. C. V. S; Almeida, C. A. P. L; Viana, M. R. P.; Carvalho, C. M. S; et al. (2019) Violência doméstica contra a mulher: visão de enfermeiros pós-graduandos em obstetrícia no Piauí. *J. nurs. health*;9(3):e199310
- Sardenberg, C. M. B. & Tavares, M. S. (2016) Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento. *Bahianas collection*, Salvador: EDUFBA. <https://doi.org/10.7476/9788523220167>.

- Scott, J. (1995) Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20 (2), 71-99, Disponível em: <https://bit.ly/2COyEum>. Acesso em: 10 maio. 2021.
- Silva, Ethel B.; Padoin, Stela M.M.; Vianna, Lucila A. C. (2015) Mulher em situação de violência: limites da assistência. *Cienc Saude Colet*. 20(1):249-58.
- Silva, Juliana. G. e ., Branco, July. G. de O., Vieira, Luiza. J. E. de S., Brilhante, Aline. V. M., & Silva, Raimunda. M. da .. (2019). Direitos sexuais e reprodutivos de mulheres em situação de violência sexual: o que dizem gestores, profissionais e usuárias dos serviços de referência?1. *Saúde E Sociedade*, 28(Saude soc., 2019 28(2)). <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019180309>
- Souza, T. M. C.; Pascoaletto, T. E.; Mendonça, N. D. Violência contra mulheres no namoro: práticas e percepções de jovens universitários. *Revista Psicologia e Saúde*, v. 10, p. 31-43, 2018.
- Souza, V. M. P. de, Larocca, L. M., Chaves, M. M. N., Fialla, M. D. R. P. M., Durand, M. K., & Lourenço, R. G. (2021). Violência de gênero no espaço universitário. *Cogitare Enfermagem*, 26, e67689. <https://doi.org/10.5380/ce.v26i0.67689>
- Stevens, C.; Oliveira, S.; Zanello, V.; Silva, E. and Portela, C. (2017). Mulheres e violências: interseccionalidades. 1ª ed. Brasília: Technopolitik, pp.384-412.
- Tasqueto, T.; Honnef, F.; Arboit, J.; Ferreira, T.; Cardoso, C. & de Mello, S. M. (2022). Violência de gênero em mulheres estudantes universitárias: evidências sobre a prevalência e sobre os fatores associados. *Acta Colombiana de Psicología*, 25(1), 105-120. <https://www.doi.org/10.14718/ACP.2022.25.1.8>
- Trentin, D., Vargas, M. A. de O., Leal, S. M. C., Vargas, C. P., Ferreira, M. L., & Neves, F. B. das .. (2020). Women in situations of sexual violence: potentialities and weaknesses of the intersectoral network. *Revista Brasileira De Enfermagem*, 73(Rev. Bras. Enferm., 2020 73(4)). <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0856>

ANEXOS

Anexo I

QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

1. Qual sua idade?
2. Com qual gênero você se identifica?
() Feminino () Masculino () Não binário () Prefiro não dizer
3. Qual a sua situação conjugal?
() Solteiro(a)
() Namorando, mas não morando junto
() Morando com namorado(a)
() Casado(a)/união estável
() Separado(a)/divorciado(a)
() Viúvo(a)
4. Conforme a classificação do IBGE, você se identifica como:
() Branco(a) () Pardo(a) () Preto(a) () Indígena () Amarelo(a)
5. Qual a renda total de sua família, incluindo seus rendimentos?
() Até 1,5 salário mínimo (até R\$ 1.650,00)
() De 1,5 a 3 salários mínimos (R\$ 1.650,01 a R\$ 3.300,00)
() De 3 a 4,5 salários mínimos (R\$ 3.300,01 a R\$ 4.950,00)
() De 4,5 a 6 salários mínimos (R\$ 4.950,01 a R\$ 6.600,00)
() De 6 a 10 salários mínimos (R\$ 6.600,01 a R\$ 11.000,00)
() De 10 a 30 salários mínimos (R\$ 11.000,01 a R\$ 33.000,00)
() Acima de 30 salários mínimos (mais de R\$ 33.000,01).
6. Qual é sua escolaridade?
() Ensino fundamental incompleto
() Ensino fundamental completo
() Ensino médio incompleto
() Ensino médio completo
() Escola técnica completa
() Ensino superior completo
() Ensino superior incompleto
() Pós graduação
7. Qual é sua área de formação?
8. Atualmente, qual é sua área de atuação?
9. Quais horários você tem disponíveis para uma entrevista online?
10. Por favor, deixe o melhor meio de entrar em contato para marcarmos uma entrevista (whatsapp, email, etc).

Anexo 2

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Parte 1 — Atuação profissional

1. Qual sua unidade de atuação?
2. Qual é o tipo de atuação?
3. Há quanto tempo você atua na função?
4. Você atua em uma equipe multiprofissional? Se sim, como é a comunicação e o trabalho entre a equipe?

Parte 2 — Concepções sobre violência de gênero

1. Como você define violência de gênero?
2. Qual a importância da sua atuação no enfrentamento à violência de gênero?
3. Você conhece algum serviço da rede de enfrentamento à violência? Qual?

Parte 3 — Atendimento a vítimas de violência

1. Você já atendeu uma vítima de violência de gênero? Como foi?
2. Quais foram os principais tipos de violência de gênero que você atendeu?
3. O que você faz/faria ao atender uma vítima de violência de gênero?
4. Na sua prática profissional, quais estratégias você usa para promover o enfrentamento à violência de gênero?
5. Você acredita que a equipe com a qual você trabalha é qualificada para lidar com vítimas de violência de gênero?

Parte 4 — Dificuldades encontradas para o atendimento de estudantes vítimas de violência

1. Quais dificuldades você identifica no atendimento às mulheres vítimas de violência?
2. O que você acredita ser importante para auxiliar no atendimento?
3. Quais seus medos ou receios em relação a lidar com vítimas de violência de gênero?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(RESOLUÇÃO n.º 510/2016)
DESAFIOS NO ATENDIMENTO À MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE
GÊNERO NA UNIVERSIDADE

Você está sendo convidada(o) a participar de uma pesquisa pertencente ao projeto intitulado “Desafios no atendimento a mulheres vítimas de violência de gênero na universidade”, cujo objetivo é investigar os desafios no acolhimento/atendimento a mulheres vítimas de violência de gênero.

A participação na pesquisa não é obrigatória. Caso você concorde em prosseguir como voluntário também será livre para interromper a participação a qualquer momento e, se assim o fizer, não haverá prejuízos de qualquer ordem em função desta decisão.

A coleta de dados será dividida em duas etapas, ambas conduzidas de maneira totalmente remota. A primeira etapa consiste na aplicação de um questionário de simples preenchimento, integrado por questões de caráter sociodemográfico. A segunda etapa será caracterizada por uma entrevista semiestruturada, agendada em data e horário convenientes a(o) entrevistado(a), que visa investigar as concepções dos profissionais sobre a violência de gênero, como se dá a atuação do profissional junto a vítimas e as dificuldades encontradas para o atendimento.

De acordo com as resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, é garantido o sigilo de informações e divulgação de resultados individuais de participantes. Ou seja, em nenhum momento do estudo serão divulgadas informações que possibilitem sua identificação. As pesquisadoras comprometem-se a compartilhar os resultados da pesquisa após a finalização da coleta, da análise de dados e da redação destes resultados obtidos.

Você não terá nenhum custo ou compensação financeira ao participar do estudo. Os eventuais riscos que a participação neste estudo oferece são mínimos, relacionados ao desconforto que algumas questões podem trazer, acaso evoquem sentimentos ou lembranças desagradáveis, ou um leve cansaço após responder aos instrumentos. Caso algumas dessas possibilidades ocorram, você poderá optar pela suspensão imediata da pesquisa. Caso você sinta desconforto durante ou após a aplicação dos instrumentos, a pesquisadora e a equipe do Laboratório da Análise e Prevenção da Violência (LAPREV) estarão preparadas para realizar um acolhimento e breve intervenção. Além disso, em caso de danos, você terá direito a buscar indenização.

Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a área da Psicologia, para a construção de novos conhecimentos e para a identificação de novas alternativas e possibilidades para o tema.

Destaca-se que é da responsabilidade do pesquisador o armazenamento adequado dos dados coletados, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem". Vale ressaltar a limitação das pesquisadoras para assegurar total confidencialidade e potencial risco de violação dos dados, uma vez que estes serão coletados em ambiente virtual. Ainda assim, serão tomados todos os procedimentos cabíveis para assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações do participante da pesquisa, não sendo divulgados dados que possam, de alguma maneira, identificar o participante.

Você poderá fazer o download deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a partir do link <https://drive.google.com/file/d/1k3sktAt2wSNIBR-kIG70PxSYAIJAiXj3/view?usp=sharing> ou solicitá-lo às pesquisadoras via endereço de e-mail (natalialimac2011@gmail.com; samazo@ufscar.br). Se tiver qualquer dúvida a respeito do projeto, também sinta-se à vontade para entrar em contato conosco.

Para participar da pesquisa clique na opção "Declaro que li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aceito participar da pesquisa", se concordar com todos os itens deste termo. Após esse passo você será direcionado para uma página com o questionário do estudo. Agradecemos a sua participação e atenção.

Endereços para contato (Segunda a Sexta das 9h às 18h)
Pesquisadora responsável: Sabrina Mazo D'Affonseca
Endereço: Laboratório de Análise e Prevenção da Violência (LAPREV) -
Departamento de Psicologia (DPsi), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Rod. Washington Luiz, km 235 - São Carlos - SP, Brasil
Contato Telefônico: (16) 3351-8745
E-mail: samazo@ufscar.br

Aluna responsável: Natália de Lima Carvalho
Contato telefônico: (17) 99202-3642
E-mail: natalialimac2011@gmail.com.

Este projeto de pesquisa foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFSCar que está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa da universidade, localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço: Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP. Telefone: (16) 3351-9685. E-mail: cephumanos@ufscar.br. Horário de atendimento: das 08:30 às 11:30. O CEP está vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315- 5877 E-mail: conep@saude.gov.br.

***Obrigatório**

Para participar da pesquisa, selecione a opção abaixo:

- Sim. Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.
- Não quero participar da pesquisa